



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE/PR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP Nº 037/2025

INTRODUÇÃO

Conceito e elementos.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP), é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação a fim de atender a uma necessidade administrativa, e tem por objetivo subsidiar a elaboração do Anteprojeto, Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como do edital de licitação e da minuta contratual, quando aplicável.

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelos Arts. 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, nos seguintes termos:

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação” (caput do Art. 56 do Decreto nº 3.927/2023).

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá estar alinhado com o Plano de Contratação Anual, além de outros instrumentos de planejamento da Administração” (caput do Art. 57 do Decreto nº 3.927/2023).

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, [...]” (caput do Art. 58 do Decreto nº 3.927/2023).

“Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no ETP os seguintes elementos:” (caput do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023).

“I - descrição da necessidade da contratação [...]” (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 1 deste documento;

“IX – demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, [...]” (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 2 deste documento;

“II – descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, [...]” (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 3 deste documento;

“V – estimativa das quantidades a serem contratadas, [...]” (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 4 deste documento;

“III – levantamento de mercado, [...]” (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 5 deste documento;



“VI – estimativa do valor da contratação, [...]” (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 6** deste documento;

“IV – descrição da solução como um todo, [...]” (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 7** deste documento;

“VII – justificativa para o parcelamento ou não da solução;” (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 8** deste documento;

“X – demonstrativo dos resultados pretendidos, [...]” (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 9** deste documento;

“XI – providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, [...]” (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 10** deste documento;

“VIII – contratações correlatas e/ou interdependentes” (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 11** deste documento;

“XII – descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, [...]” (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 12** deste documento;

“XIII – posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.” (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 13** deste documento;

O presente Estudo Técnico Preliminar apresenta os estudos técnicos realizados visando identificar e analisar as soluções disponíveis no mercado, em termos de requisitos, alternativas e justificativas para escolha da melhor solução para alcançar os resultados pretendidos.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados não é decisão de livre arbítrio desta equipe. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, têm a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao interesse público.

SEÇÃO 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

1.1. Contexto da Situação Problema:

A Secretaria Municipal de Saúde tem por premissa manter as suas unidades em condições adequadas nas suas funcionalidades e nas condições de atendimento ao público.



Partindo desta premissa, os gestores municipais desta secretaria, devem sim promover a solução dos problemas existentes, assim como, na função de se antecipar a futuras situações problemas. Portanto, este estudo não se trata especificamente de problemas existentes na gestão de saúde municipal, mas sim, dedica-se igualmente a buscar soluções que tem potencial para evitar situações indesejáveis e inoportunas no atendimento aos munícipes.

Ao desempenhar as atividades públicas o Gestor deve tomar por base determinação legal, mormente os preceitos e princípios lógicos que norteiam a gerência dos bens públicos, pois a Administração Pública, no contexto dinâmico dado a evolução dos padrões a serem adotados pelos Poderes submetidos à Carta Magna, especificamente ao caput do art. 37, sendo a impessoalidade, a legalidade, a publicidade, a moralidade, além de outros, todos voltados para um bem maior que se tutela, que é o bem estar dos jurisdicionados. Especificamente no que concerne ao Princípio da Eficiência, o Estado precisa estar preparado para gerir de forma precisa o patrimonial, recursos e as políticas públicas.

Diante deste contexto, cabe às unidades gestoras acompanharem as disponibilidades de recursos de outra Esfera Pública Administrativa (Estadual ou Federal), para serem investidos nas suas unidades gestoras locais.

Por vezes, aqueles recursos são vinculados aos planos de aplicações, restringindo-se a objetos, ou ainda, limitados a questão temporal, casos em que cabe aos gestores, o amplo conhecimento das condições de atendimento das unidades, incluído aqui produtos, insumos e equipamentos, disponibilizados em cada uma das unidades.

1.2 - Justificativa da Contratação:

1.2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de prover a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL com um modelo eficaz, capaz de atender as demandas da Secretaria de Saúde através da aquisição de equipamentos e do fornecimento de insumos consumíveis, ou ainda de distribuição e de utilização gratuita atendendo de forma continuada e controlada, evitando desperdícios e descontinuidade causada pela falta de equipamentos e de suprimentos.

1.2.2 Conforme competências atribuídas nos termos do inciso I do Art. 55 da Lei nº 776/2017, cabe à Secretaria de Saúde do Município de São Jorge D'Oeste, assegurar a realização de convênios junto às esferas estadual e federal, o monitoramento e a execução das políticas públicas de saúde.

1.2.3 A presente contratação para aquisição de equipamentos, referentes ao Termo de Adesão ao Programa Telessaúde, promovido pela Secretaria de Estado de Saúde do Paraná, conforme orientações da Circular nº 25/2025 – TLSPR/DAV/SESA, corroborado no Ofício DVAGS 8 RS – Francisco Beltrão.

1.2.4 Desta forma, espera-se os seguintes benefícios:



BENEFÍCIO 1: Prover a unidade de saúde, com equipamentos, em caso de enquadrar-se nas condições para a condução dos termos do Termo de Adesão ao Programa de Telessaúde disponibilizado pela Secretaria de Estado de Saúde do Paraná;

BENEFÍCIO 2: Aumentar as condições de atendimento da Secretaria Municipal de Saúde;

BENEFÍCIO 3: Modernizar e acompanhar a evolução tecnológica, inclusive na área de saúde, para promover a agilidade e a qualidade nos diagnósticos do estado de saúde do paciente, e consequentemente, encaminhar para centros de referência, com diagnóstico previamente realizado;

1.2.5 A ausência do objeto desta contratação poderá ocasionar os seguintes prejuízos: não atendimento das condições de viabilidade de execução do Programa de Telessaúde.

1.3 Os serviços serão prestados na unidade central de saúde do município de São Jorge D'Oeste/PR.

1.4 A instalação dos equipamentos deverá ser no local indicado pela Secretaria de Saúde, testados e realizada a entrega técnica ao servidor responsável indicado ao tempo de instalação.

SEÇÃO 2 – DA DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA). (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

2.1 Previsão no Plano de Contratações Anual:

2.1.1 A presente contratação está prevista no PCA 2024/2025 da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE, quando lista os móveis e equipamentos deverão ser contemplados, no decorrer do exercício.

2.1.2 A presente contratação está alinhada ao Objetivo 2: Executar as atividades relativas ao planejamento das necessidades de suprimento de materiais e serviços.

2.2 Alinhamento Estratégico:

2.2.1 Esta pretendida contratação apresenta conformidade com os Programas e Ações do PPA 2022-2025 relacionados às atribuições desta Municipalidade, em conformidade com as suas competências, nos termos da Lei Municipal nº 997/2021.

SEÇÃO 3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIAS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).



Os requisitos necessários à contratação, com vistas ao atendimento da demanda, são os seguintes:

3.1 Requisitos mínimos de qualidade:

A presente contratação deverá atender, incluindo os requisitos mínimos do Termo de Referência, a proposta mais vantajosa mediante competição, zelando-se sempre pela contratação da melhor qualidade possível com o menor preço. A descrição dos requisitos no Termo de Referência deve se limitar àqueles requisitos indispensáveis ao atendimento da necessidade, garantindo-se a competitividade da contratação e a maior eficiência possível.

3.2 Requisitos normativos e legais:

A presente contratação deverá atender ao que determina a Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 3.927 de março de 2023.

3.3 Requisitos de sustentabilidade:

A CONTRATADA será responsável pela destinação ambiental correta de todos os recipientes dos suprimentos, peças e materiais utilizados nos equipamentos.

A CONTRATADA dará destinação ambiental correta de todos os equipamentos quando considerados inservíveis, nos termos de legislação vigente a seu tempo.

A CONTRATADA deverá prezar por modelos de equipamentos com baixo consumo de energia, bem como, tecnologicamente desenvolvidos para assumir stand-by, quando em desuso e em espera.

SEÇÃO 4 - ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

4.1 Identificação dos equipamentos, quantidades e unidades:

4.1.1. A estimativa da quantidade a ser contratada é justificada nos termos deste ETP, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021. A descrição com o respectivo quantitativo a ser contratado está apresentada abaixo:



Item	Cód Equip	Produto	Qtd	Und
1	66856	<p>Eletrocardiógrafo para Telessaúde de Repouso com 12 derivações simultâneas em 1, 3, 6 e 12 canais. Resolução digital 1 uV/LSB. Comunicação com computador via USB. Taxa de amostragem digital 8.000 amostras por segundo. Laudo interpretativo e relatório das medidas complexas de todas as derivações. Identificação de arritmia, análise da variabilidade da pulsação cardíaca no intervalo RR, função ST Map para rápida análise do miocárdio ou isquemia. Parâmetros de medidas FC, PR, QRS, QT/QTc, eixo P-R-T, SV1/RV5/R+S amp. Relatório Beat Report: texto, guia, vetor e ST map. Ganho 2.5, 5, 10, 20 mm/mVe auto. Velocidade 5, 12.5, 25, 50, 100 mm/s. Entrada de dados para identificação do paciente, nome, data de nascimento, idade, sexo, altura, peso, etnia, tabagismo, departamento, número do quarto, estudo, número de acesso, referência médica. Frequência cardíaca de 30~300bpm. Detecção de marcapasso, saturação de sinal e identificação de eletrodo solto por derivação. Fonte de energia elétrica proveniente do computador. Worklist bidirecional permitindo importar a lista de exames agendados do prontuário eletrônico, selecionar pacientes prescritos e exportar os exames diretamente ao PACS no formato DICOM. Software para telemedicina e integração direta com servidor WEB. Garantia mínima de 01 ano fornecida pela empresa ganhadora a partir da data de entrega. Marcas aceitas pelo programa Tele Saúde Paraná:</p> <p>ALFAMED Ritmus 1200, Ritmus 1200^a, Compassus 3000</p> <p>BIONET – CardioCare 2000, Cardio 7 e Cardio Touch 3000, CARDIOCARE P1</p> <p>CARDIOS – Dynamis ECG</p> <p>COMEN 1200B – Somente via RJ45 – Software: CMECG v3.40 – 2.6.30V4.0.0.0</p> <p>CONNECT ECG 300G</p> <p>EDAN – modelo SE 1200</p> <p>FUND. ADIB Jatene – Eleto System V2.0</p> <p>HEARTWARE – ECGV6</p> <p>LEPU S120, T180</p> <p>MAC EM301</p> <p>MICROMED – Wincardio 5, Wincardio 7+ e Wincardio 10</p> <p>MINDRAY – Beneheart R3</p> <p>TEB - ECGPC</p>	1	UN
2	66857	<p>Cardioversor bifásico, com funções Desfibrilador, DEA, Marca-passo, ECG, deve possuir impressora térmica, papel com largura de no mínimo 80mm e que grave no mínimo 4 ondas eletrocardiográficas. Tela de no mínimo 8 polegadas. Com alça de transporte, proteção contra a penetração de líquidos, anti- queda e antichoque. Bateria que permita o carregamento rápido, com duração de no mínimo 400 choques em descargas máximas. Deve possuir função de autoteste, manual e automático, e deve estar apto ao uso assim que ligado. Deve possuir memória que permita a gravação de dados e armazenamento. DESFIBRILAÇÃO: Como modo Desfibrilação manual, desfibrilação sincronizada e DEA, choque: de 1 até 360J, com tempo mínimo de cargas de menos de 5s para carga de 200J e de 8s para carga de 360J em menos. Deve possuir Placas externas, pás e placas internas; adulto e infantil, também deve possuir nas placas externas botão de carga, botão de choque e botão de seleção de energia com indicador de choque para indicar que a carga está completa. MARCAPASSO EXTERNO: Estimulação fixa e estimulação por demanda, com frequência de estimulação: de no mínimo 40bpm a 170bpm, corrente de estimulação: de 0mA a 200mA podendo ser maior. DEA: deverá ter comando de voz e analisar o ritmo cardíaco do paciente se é passível de choque. A bateria deverá ser recarregável com duração mínima de 5 horas em modo monitor e 100 choques na Desfibrilação. Itens inclusos: 1 Cabo de ECG 5 vias, 1 Kit Eletrodo descartável, 1 Bobina de papel para impressora mais uma caixa extra, 1 Pack de bateria, 1 Cabo de aterramento, 3 Conjunto de pás descartáveis, 1 Conjunto de pá reutilizável adulto e pediátrico (pás de desfibrilação), 1 Cabo de força, 1 Manual em português, 1 Pré cabo para pás descartáveis. Deverá a empresa</p>	02	Und



		ganhadora apresentar o modelo e marca para aprovação da secretaria de saúde, o produto deverá ser entregue no prazo de 15 dias a partir do encerramento do processo de licitação. Garantia mínima de 01 ano fornecida pela empresa ganhadora a partir da data de entrega.		
3	66858	Monitor Multiparâmetros para uso na monitoração de Eletrocardiograma (ECG), Respiração, Temperatura, Pressão Não-Invasiva (PNI) e Oximetria (SPO2), para uso em pacientes adulto/pediátrico e neonatal. Tela TFT LCD de no mínimo (10,4"), com Integração de informações e curvas na mesma tela, modo análise do segmento ST, arritmias e detecção de marcapasso, bateria de lítio de alta performance, com duração de no mínimo 4, com ajustes de horas alarmes visuais/sonoros, ajustáveis e programáveis, alça para transporte acoplada, opção de congelamento de imagem. Garantia de no mínimo 1 ano após a entrega, pela empresa vencedora.	01	Und

4.2 Justificativa de quantitativo:

4.2.1. O quantitativo foi estimado levando em consideração os limites impostos pelo Programa estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde, e ainda, aqueles dos quais as unidades de Atenção Primária, necessitavam para promover os atendimentos e os diagnósticos.

SEÇÃO 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

Para o desenvolvimento deste Estudo Técnico Preliminar, considerou-se apenas dois cenários, aos quais julgou-se impactantes nos resultados pretendidos, a saber:

5.1 Cenário 01 – Aquisição de equipamentos nas quantidades possíveis e nas especificações igualmente determinadas no Programa Estratégico da Secretaria de Estado da Saúde.

Este cenário possui como característica a total vinculação para Adesão ao Programa Telessaúde, delimitando quais equipamentos são necessários, homologação de marcas autorizadas e ainda, e especificações dos equipamentos para que atendam as condições de execução do programa.

Como vantagem, esta aquisição, qualifica e equipa a unidade de atenção primária em saúde, uma vez que os equipamentos, são de utilização necessária para que seja possível realizar o diagnóstico a que se pretende.

5.2 Cenário 02 – Não adquirir os equipamentos, ou adquirir fora das especificações estipuladas no Termo de Adesão ao Programa de Telessaúde da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.

Neste cenário, não há o que o Município teria de vantagem, apenas desvantagens em não conseguir efetivar a adesão ao Programa Telessaúde da disponibilizado pela Secretaria de Estado da saúde do Paraná.



SEÇÃO 6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

6.1. Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme ampla pesquisa de mercado, são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4	COT 5	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	Valor Global
1	Eletrocardiógrafo para Telessaúde de Repouso com 12 derivações simultâneas em 1, 3, 6 e 12 canais. Resolução digital 1 uV/LSB. Comunicação com computador via USB. Taxa de amostragem digital 8.000 amostras por segundo. Laudo interpretativo e relatório das medidas complexas de todas as derivações. Identificação de arritmia, análise da variabilidade da pulsação cardíaca no intervalo RR, função ST Map para rápida análise do miocárdio ou isquemia. Parâmetros de medidas FC, PR, QRS, QT/QTc, eixo P-R-T, SV1/RV5/R+S amp. Relatório Beat Report: texto, guia, vetor e ST map. Ganho 2,5,5,10,20 mm/mVe auto. Velocidade 5,12,5, 25, 50, 100 mm/s. Entrada de dados para identificação do paciente, nome, data de nascimento, idade, sexo, altura, peso, etnia, tabagismo, departamento, número do quarto, estudo, número de acesso, referência médica. Frequência cardíaca de 30~300bpm. Detecção de marcapasso, saturação de sinal e identificação de eletrodo solto por derivação. Fonte de energia elétrica proveniente do computador. Worklist bidirecional permitindo importar a lista de exames agendados do prontuário eletrônico, selecionar pacientes prescritos e exportar os exames diretamente ao PACS no formato DICOM. Software para telemedicina e integração direta com servidor WEB. Garantia mínima de 01 ano fornecida pela empresa ganhadora a partir da data de entrega. Marcas aceitas pelo programa Tele Saúde Paraná:	Und	1	12.200,00	7.989,00	7.088,00	9.600,00		7.088,00	12.200,00	9.219,25	7.088,00



2	Cardioversor bifásico, com funções Desfibrilador , DEA, Marca-passos, ECG, deve possuir impressora térmica, papel com largura de no mínimo 80mm e que grave no mínimo 4 ondas eletrocardiográficas. Tela de no mínimo 8 polegadas. Com alça de transporte, proteção contra a penetração de líquidos, anti- queda e antichoque. Bateria que permita o carregamento rápido, com duração de no mínimo 400 choques em descargas máximas. Deve possuir função de autoteste, manual e automático, e deve estar apto ao uso assim que ligado. Deve possuir memória que permita a gravação de dados e armazenamento. DEFIBRILAÇÃO : Como modo Desfibrilação manual, desfibrilação sincronizada e DEA, choque: de 1 até 360J, com tempo mínimo de cargas de menos de 5s para carga de 200J e de 8s para carga de 360J em menos. Deve possuir Placas externas, pás e placas internas; adulto e infantil, também deve possuir nas placas externas botão de carga, botão de choque e botão de seleção de energia com indicador de choque para indicar que a carga está completa. MARCAPASSO EXTERNO : Estimulação fixa e estimulação por demanda, com frequência de estimulação: de no mínimo 40bpm a 170bpm, corrente de estimulação: de 0mA a 200mA podendo ser maior. DEA : deverá ter comando de voz e analisar o ritmo cardíaco do paciente se é passível de choque. A bateria deverá ser recarregável com duração mínima de 5 horas em modo monitor e 100 choques na Desfibrilação. Itens inclusos: 1 Cabo de ECG 5 vias, 1 Kit Eletrodo descartável, 1 Bobina de papel para impressora mais uma caixa extra, 1 Pack de bateria, 1 Cabo de aterramento, 3 Conjunto de pás descartáveis, 1 Conjunto de pá reutilizável adulto e pediátrico (pás de desfibrilação), 1 Cabo de força, 1 Manual em português, 1 Pré cabo para pás descartáveis. Deverá a empresa ganhadora apresentar o modelo e marca para aprovação da secretaria de saúde, o produto deverá ser entregue no prazo de 15 dias a partir do encerramento do processo de licitação. Garantia mínima de 01 ano fornecida pela empresa ganhadora a partir da data de entrega.	UND	2	36.975,00	37.980,00	32.100,00	32.000,00	35.500,00	32.000,00	37.980,00	34.763,75	64.000,00
3	Monitor Multiparâmetros para uso na monitoração de Eletrocardiograma (ECG), Respiração, Temperatura, Pressão Não-Invasiva (PNI) e Oximetria (SPO2), para uso em pacientes adulto/pediátrico e neonatal. Tela TFT LCD de no mínimo (10,4"), com Integração de informações e curvas na mesma tela, modo análise do segmento ST, arritmias e detecção de marcapasso, bateria de lítio de alta performance, com duração de no mínimo 4, com ajustes de horas alarmes visuais/sonoros, ajustáveis e programáveis, alça para transporte acoplada, opção de congelamento de imagem. Garantia de no mínimo 1 ano após a entrega, pela empresa vencedora.	UND	1	9.200,00	9.382,00	7.299,00	7.381,00	8.110,00	7.299,00	9.382,00	8.315,50	7.299,00
											TOTAL:	78.387,00



6.2. O preço total estimado da contratação é R\$ 78.387,00 (Setenta e oito mil, trezentos e oitenta e sete reais), conforme pesquisa de preços, realizada em conformidade com o Decreto Municipal nº 3.927/2023.

6.3. O orçamento estimado da presente contratação foi elaborado com base nos parâmetros e calculado em conformidade com o Decreto nº 3.927/2023, cujo documento de Orçamento Estimado, que contém memória de cálculo, será anexado aos autos da contratação, indicando os parâmetros, a metodologia e os preços referenciais utilizados no cálculo estimativo.

6.4. Para efeitos de parametrização orçamentária e para composição da estimativa de preços, foram enviados vários e-mails às empresas especializadas, porém não se obteve todas as respostas, de forma que o responsável pela pesquisa de preços, limitou-se a 2 (dois) orçamentos diretos de empresas, e a busca na Plataforma Banco de Preços, para a formação do preço máximo para contratação.

SEÇÃO 7 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

7.1 Identificação de soluções:

7.1.1 Por meio dos estudos realizados, foram analisadas diferentes soluções, em que foi avaliada sua capacidade de solucionar o problema descrito na Seção 1 deste ETP, e ainda a relação custo-benefício entre as soluções.

7.1.2 Assim, foram identificadas as seguintes possíveis soluções:

7.1.2.1 Solução 1, considerando o cenário 1, descrito no Item 5.1 deste estudo: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS ESPECIFICADOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE TELESSAÚDE, DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ.

7.1.2.2 Solução 2: A NÃO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA OS ATENDIMENTOS ATRAVÉS DO PROGRAMA DE TELESSAÚDE.

7.2 Definição da solução escolhida

7.2.1 Abaixo segue a descrição resumida do objeto a ser contratado, definido após a realização de estudo técnico preliminar:

7.2.2 Conforme já descrito o cenário 1: da administração, esmerar-se na aquisição de equipamentos exigidos para a viabilidade da Adesão ao Programa de Telessaúde, disponibilizado pelo Programa Estratégico da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, relacionada como a solução no item 7.1.2.1, é a solução pretendida pela Secretaria Municipal de Saúde, para o caso em tela.



7.3 Definição da natureza de execução do objeto:

7.3.1 A execução do objeto contratado pode ser considerada de natureza descontinuada, extraordinária, para fornecimento de uma só vez, nos termos do inciso X do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, já que são equipamentos e produtos de fornecimento pontual.

7.4 Modelo adotado:

7.4.1 O modelo a ser adotado para a presente contratação será a solução 1, admitida para o Cenário 1, assim, pretende-se a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, PARA EQUIPAR A UNIDADE CENTRAL DE ATENDIMENTO EM SAÚDE MUNICIPAL.

7.5 Justificativa da escolha da solução:

7.5.1 A análise das opções oferecidas pelo mercado, conforme relatado neste ETP, demonstra que se trata de uma abordagem/solução mais flexível e adaptável à realidade atual da Administração Municipal.

7.6 Regime de fornecimento:

7.6.1 Tendo em vista a necessidade de fornecimento dos serviços contratados, a execução deverá ser de modo imediato para a aquisição de todo o quantitativo solicitado de uma só vez.

7.7 Vigência do contrato:

7.7.1 Orienta-se para o prazo de vigência contratual de no mínimo 12 (doze) meses, contados imediatamente a partir da assinatura ou retirada do Contrato, nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

SEÇÃO 8 – DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

8.1. Para a contratação pretendida foram consideradas as características técnicas e peculiares de comercialização no mercado, avaliando-se o objeto em conformidade com o Princípio do Parcelamento, nos termos do Art. 40, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

8.2. A presente contratação será realizada com a adjudicação do objeto por ITEM.

8.3. A seguir são apresentadas evidências e informações que subsidiaram a decisão de disputa por itens, nos termos do item 8.2:

8.3.1. O agrupamento dos itens em lotes poderia implicar na redução de competitividade pela natureza diversa dos itens, o que justifica um mesmo fornecedor não atender todos os itens se por lote.



8.4 Portanto, a escolha estratégica de dividir o objeto em itens, se justifica pela necessidade de preservar características técnicas da natureza do objeto em função da ECONOMICIDADE, garantindo a entrega de um resultado coeso e funcional.

SEÇÃO 9 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

9.1 Considerando que as contratações públicas devem buscar resultados positivos para a Administração, são apontados os resultados pretendidos, em termos de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, em busca do melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como de desenvolvimento nacional sustentável.

9.2 Assim, a presente contratação pretende alcançar o(s) seguinte(s) resultado(s):

9.2.1. Possibilitará o fornecimento adequado de equipamentos para atendimento dos munícipes na unidade central e saúde pública, de modo a eliminar atrasos nos diagnósticos aos pacientes, bem como, na eliminação de transporte de equipamentos ou dos pacientes entre as unidades de atendimento.

9.2.2. Contemplará o fornecimento de estruturação das unidades deficitárias de equipamentos de modo a igualar as condições de atendimento em qualquer que seja a unidade procurada pelo paciente.

9.2.3. Atenderá as necessidades da Secretaria de Saúde quando em atendimentos simultâneos, mesmo que por profissionais diferentes.

SEÇÃO 10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

(inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

10.1. A Administração Pública deverá tomar todas as providências previamente à formalização da contratação, visando à disponibilização da solução contratada em sua plenitude e ao alcance das finalidades da contratação.

10.2. No que tange a necessidade de serem tomadas providências para adequação do ambiente da instituição, frisa-se que não há necessidade de adequação da organização para que a contratação surta seus efeitos.

10.3. Ademais, pela característica do objeto aqui tratado, há necessidade de capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

SEÇÃO 11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).



10.1. Para atendimento da finalidade da contratação, não há contratações correlatas e/ou interdependentes da presente contratação.

SEÇÃO 12 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

Tendo em vista a natureza do objeto que se pretende contratar, é necessário que o Fornecedor, no âmbito de suas atividades, atenda aos critérios e políticas de sustentabilidade ambiental, sem prejuízo da observância das boas práticas e das normas pertinentes, pontuados na matriz de riscos adotada para esta contratação.

12.1. ANÁLISE DE RISCO

12.1.1. A análise de riscos é o processo de compreender a natureza e determinar o nível de risco, de modo a subsidiar a avaliação e o tratamento do risco (ABNT, 2009). O risco é uma função tanto da probabilidade como da medida das consequências. Desse modo, o nível do risco é expresso pela combinação da probabilidade de ocorrência do evento e das consequências resultantes no caso de materialização do evento, ou seja, do impacto nos objetivos. O resultado final desse processo será o de atribuir a cada risco identificado uma classificação, tanto para a probabilidade como para o impacto do evento, cuja combinação determinará o nível do risco. A identificação de fatores que afetam a probabilidade e as consequências também é parte da análise de riscos, incluindo a apreciação das causas, as fontes e as consequências positivas ou negativas do risco. Referencial básico de Gestão de Riscos, Tribunal de Contas da União (TCU), 2018.

12.1.2 Risco é o efeito da incerteza sobre objetivos estabelecidos. É a possibilidade de ocorrência de eventos que afetem a realização ou alcance dos objetivos, combinada com o impacto dessa ocorrência sobre os resultados pretendidos.

12.1.3 Gestão de riscos consiste em um conjunto de atividades coordenadas para identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar riscos. É o processo que visa conferir razoável segurança quanto ao alcance dos objetivos.

12.1.3 Para a análise de risco será utilizado o método qualitativo, que define o impacto versus probabilidade e, também o nível da escala de risco por qualificadores numéricos que determinarão o método qualitativo como: BAIXO, MÉDIO, ALTO, EXTREMO, facilitando com base na percepção das pessoas para análise. A relação entre os riscos e os seus componentes pode ser ilustrada por meio de uma matriz que se correlaciona com as variantes impacto e probabilidade; segue-se a imagem abaixo:



Figura 01 - Matriz de riscos simples

12.2 - MATRIZ DE RISCOS

12.2.1 Utilizando-se da matriz de PROBABILIDADE x IMPACTO, imagem abaixo, conforme orientação da equipe de planejamento de licitações desta Municipalidade, (modelado em consonância com as diretrizes de compliance da Controladoria-Geral, CGE/GO), temos a seguinte Matriz de Probabilidade x Impacto:

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Escala de Níveis de Risco		
(Nível de Risco = Peso Prob. x Peso Impacto)		
Escala	De	Até
Baixo	1	4
Médio	5	9
Alto	10	30
Extremo	31	80

Figura 02 - Matriz de riscos - Probabilidade x Impacto

12.2.2 A avaliação dos riscos deve seguir os seguintes passos:



1º) Identificar, para os riscos acima do limite, as respectivas fontes, causas e eventuais consequências sobre a organização como um todo;

2º) Identificar os riscos que estão abaixo do limite de exposição (**faixa laranja**); Identificar, na matriz probabilidade x impacto, os riscos cujos níveis estão acima do limite de exposição ao risco; e riscos inaceitáveis, hipótese que não será admitida (**faixa vermelha** da matriz);

3º) Para os riscos cujos níveis se encontram na **faixa amarela** deverá ser avaliada a necessidade de monitoramento;

4º) Os riscos cujos níveis se encontram na **faixa verde** poderão ser aceitos.

12.2.3 Com base na análise de riscos e na sua classificação, os riscos identificados estão alinhados com os objetivos desta contratação e são assim classificados: PROBABILIDADE ALTA e IMPACTO ALTO. Como forma de mitigar o impacto do risco supramencionado seria de extrema relevância a aquisição de estações de trabalho.

12.3 ANÁLISE INDIVIDUAL DOS RISCOS

12.3.1 RISCO 1 - A não aquisição de equipamentos para a unidade central de atendimento, em atenção aos condicionantes à adesão ao Programa Telessaúde.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
Probabilidade							

Resultado da análise:

Probabilidade 2 (Improvável)

Impacto 16 (Catastrófico)

Classificação do risco: 32 – Faixa vermelha: Inaceitável.

2. Não Adesão ao Programa Telessaúde.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
Probabilidade							



Resultado da análise:

Probabilidade 1 (Raro)

Impacto 8 (Maior)

Classificação do risco: 8 – Faixa Amarela: grau médio de exposição ao risco.

3. Ausência de contratos (VIGENCIA/SALDO CONTRATUAL)

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Resultado da análise:

Probabilidade 5 (Quase certo)

Impacto 16 (Catastrófico)

Classificação do risco: 80 – Faixa vermelha: inaceitável.

4. Comprometimento das atividades da unidade central de atendimento em saúde, provocadas por falta de equipamentos.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Resultado da análise:

Probabilidade 3 (Possível)

Impacto 8 (Maior)

Classificação do risco: 24 – Faixa laranja: limite de exposição ao risco.

5. Atrasos no atendimento ao paciente por falta de equipamentos.



Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
Probabilidade							

Resultado da análise:

Probabilidade 3 (Possível)

Impacto 4 (Moderado)

Classificação do risco: 12 – Faixa laranja: O risco deve ser monitorado.

6. Atrasos na realização do pregão/aquisição, impacto nos recursos livres para execução do objeto.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
Probabilidade							

Resultado da análise:

Probabilidade 3 (Possível)

Impacto 2 (Menor)

Classificação do risco: 6 – Faixa amarela: Médio.

SEÇÃO 13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

13.1 Em virtude de todo o exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação por pregão eletrônico, de empresa para fornecer os equipamentos solicitados, com a aquisição vinculada à adesão ao Programa de Telessaúde, disponibilizado pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, mostra-se necessária e viável tecnicamente, tendo em vista a imprescindibilidade da contratação.



Assim sendo, a Equipe de Planejamento declara a viabilidade desta contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, consoante disposto na Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021 e no Decreto Municipal nº 3.927 de março de 2023.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE ETP:

Jonica M. Caetano
Decreto nº 2862/2025

Clodoaldo Blank
Agente de Contratação – Fase Interna

Valéria Cristina Tisatto
Secretária Municipal de Saúde

Versão do Doc. Padrão 01/2024

São Jorge D'Oeste – PR, aos 18 dias do mês de junho de 2025.